

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

Superior Tribunal de Justiça

Caderno de Questões

NÍVEL SUPERIOR – DIREITO - GABINETE DO MINISTRO MARCO BUZZI

Data: 20/10/2019

Número de questões: 40 (quarenta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de **3h00 min**, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. O candidato somente poderá levar o caderno de questões da prova objetiva faltando 30 (trinta) minutos para o final da prova.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc), livros, anotações, etc.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
- *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
- *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **21/10/2019**.
11. As datas previstas para interposição dos recursos serão de dois dias úteis a contar da divulgação dos gabaritos.
12. Para interpor recurso, o candidato deverá preencher formulário específico, constante no Anexo XII, e enviar mensagem eletrônica para a caixa corporativa euandidato@ciee.org.br, das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia.
13. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
14. Serão elaboradas listas de classificação, divididas por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos.
15. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
16. O resultado definitivo será divulgado no dia **26/11/2019**, para os estudantes de nível médio, nível superior, no sítio do CIEE na internet.
17. O processo seletivo terá validade até **31/12/2020**, podendo ser prorrogado a critério do STJ.
18. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
19. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Bom jornalismo sempre fascina

As virtudes e as fraquezas dos jornais não são recatadas. Registram-nas fielmente os sensíveis radares dos leitores. Precisamos, por isso, derrubar inúmeros desvios que conspiram contra a credibilidade dos jornais.

Um deles, talvez o mais resistente, é o dogma da objetividade absoluta. Transmite, num pomposo tom de verdade, a falsa certeza da neutralidade jornalística. Só que essa separação radical entre fatos e interpretações simplesmente não existe. É uma bobagem. Jornalismo não é ciência exata e jornalistas não são autômatos. Além disso, não se faz bom jornalismo sem emoção. A frieza é anti-humana e, portanto, antijornalística. A neutralidade é uma mentira, mas a isenção é uma meta a ser perseguida. Todos os dias. A imprensa honesta e desengajada tem um compromisso com a verdade. E é isso que conta.

Mas a busca da isenção enfrenta a sabotagem da manipulação deliberada, a falta de rigor e o excesso de declarações entre aspas.

O jornalista engajado é sempre um mau repórter. Militância e jornalismo não combinam. Trata-se de uma mescla, talvez compreensível e legítima nos anos sombrios da ditadura, mas que, agora, tem a marca do atraso e o vestígio do sectarismo. O militante não sabe que o importante é saber escutar. Esquece, ofuscado pela arrogância ideológica ou pela névoa do partidarismo, que as respostas são sempre mais importantes que as perguntas. A grande surpresa no jornalismo é descobrir que quase nunca uma história corresponde àquilo que imaginávamos.

O bom repórter é um curioso essencial, um profissional que é pago para se surpreender. Pode haver algo mais fascinante? O jornalista ético esquadrinha a realidade, o profissional preconceituoso constrói a história. Mata o fato e vende a versão.

Todos os manuais de redação consagram a necessidade de ouvir os dois lados de um mesmo assunto. Trata-se de um esforço de isenção mínimo e incontornável. Alguns desvios, porém, transformam um princípio irretocável num jogo de cena.

Matérias previamente decididas em guetos engajados buscam a cumplicidade da imparcialidade aparente. A decisão de ouvir o outro lado não é sincera, não se fundamenta na busca da verdade. É uma estratégia.

O assalto à verdade culmina com uma tática exemplar: a repercussão seletiva. O pluralismo de fachada convoca, então, pretensos especialistas para declararem o que o repórter quer ouvir. Personalidades entrevistadas avalizam a “seriedade” da reportagem. Assassina-se o jornalismo. Cria-se a ideologia.

A precipitação e a falta de rigor são outros vírus que ameaçam a qualidade da informação. A manchete de impacto, oposta ao fato ou fora do contexto da matéria, transmite ao leitor a sensação de uma fraude.

Autor do mais famoso livro sobre a história do The New York Times, Gay Talese vê importantes problemas que castigam a imprensa de qualidade. “Não fazemos matéria direito, porque a reportagem se tornou muito tática, confiando em e-mails, telefones, gravações. Não é cara a cara. Quando eu era repórter, nunca usava o telefone. Queria ver o rosto das pessoas”.

“Não se anda na rua, não se pega o metrô ou um ônibus, um avião, não se vê, cara a cara, a pessoa com quem se está conversando”, conclui Talese. E o leitor, não duvidemos, capta tudo isso.

O leitor que precisamos conquistar em qualquer plataforma, não quer superficialidade e espuma informativa. Ele quer algo mais. Quer o texto elegante, a matéria aprofundada, a análise que o ajude, efetivamente, a tomar decisões. Conquistar leitores é um desafio formidável. Reclama realismo, ética e qualidade.

A autocrítica, justa e necessária, deve ser acompanhada por um firme propósito de transparência e de retificação dos nossos equívocos. Hoje não temos mais a hegemonia da informação. As redes sociais deram ao consumidor um protagonismo interessante. Ele coteja as informações e quer ser ouvido.

O jornalismo tropeça em armadilhas. Nossa profissão enfrenta desafios, dificuldades e riscos sem fim. E é aí que mora o desafio.

(DI FRANCO, Carlos Alberto. *Bom jornalismo sempre fascina*.

Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/bom-jornalismo-sempre-fascina/>. Acesso em: 22/09/2019.)

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Sobre os elementos de coesão utilizados para manter a coerência textual no (2º§), o conectivo “além disso” foi empregado com o objetivo de:
- (A) Explicar o enunciado anterior.
(B) Concluir o enunciado anterior.
(C) Restringir o enunciado anterior.
(D) Adicionar uma informação ao enunciado anterior.
-
2. Durante a transmissão das informações, ocorrem alguns casos de cacografias. Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente.
- (A) Adevogado, geito, indentidade, perturbação, picina, receiassem.
(B) Advogado, jeito, identidade, pertubação, picina, receiassem.
(C) Adevogado, geito, identidade, perturbação, piscina, receassem.
(D) Advogado, jeito, identidade, perturbação, piscina, receassem.
-
3. A palavra “antijornalística” (2º§) foi escrita sem hífen. De acordo com a Nova Ortografia, a palavra cuja escrita está correta é:
- (A) Anti-rábico.
(B) Extra-escolar.
(C) Sobrehumano.
(D) Autoaprendizagem.
-
4. No 12º§, “Ele quer algo mais. Quer o texto elegante, a matéria aprofundada, a análise que o ajude, efetivamente, a tomar decisões”, sobre o pronome destacado, é correto afirmar que:
- (A) Exerce a função de objeto indireto.
(B) Desempenha a função de complemento nominal.
(C) Registra um caso de próclise em relação ao verbo.
(D) Representa a 1ª pessoa do plural do caso oblíquo.
-
5. No 10º§ do texto, ao citar diretamente a opinião de Gay Talese, autor do mais famoso livro sobre a história do The New York Times, o autor cita um argumento de autoridade para:
- (A) Explicar para o leitor as mudanças ocorridas nas matérias jornalísticas.
(B) Explicar para o leitor como eram feitas as matérias jornalísticas na sua época.
(C) Justificar a falta de qualidade das matérias jornalísticas que são feitas cara a cara.
(D) Justificar a falta de qualidade das matérias jornalísticas que não são mais feitas cara a cara.
-
6. Em “Assassina-se o jornalismo. Cria-se a ideologia.” (8º§), observa-se um caso de voz:
- (A) Ativa.
(B) Reflexiva.
(C) Passiva sintética.
(D) Passiva analítica.
-
7. No enunciado “A neutralidade é uma mentira, mas a isenção é uma meta a ser perseguida” (3º§), a vírgula foi usada para:
- (A) Separar um aposto.
(B) Separar um vocativo.
(C) Separar duas orações coordenadas.
(D) Separar duas orações subordinadas.
-
8. A palavra “esquadrinha” no 5º§ é um verbo. Sobre a regência deste verbo é correto afirmar:
- (A) Possui como termo regente um objeto direto.
(B) Possui como termo regido um objeto direto.
(C) Possui como termo regente um objeto indireto.
(D) Possui como termo regido um objeto indireto.
-
9. Em O leitor que precisamos conquistar em qualquer plataforma, não quer superficialidade e espuma informativa. (12º§), o “que” exerce a função de:
- (A) Pronome relativo.
(B) Conjunção integrante.
(C) Conjunção conclusiva.
(D) Pronome apassivador.

10. Em “A grande surpresa no jornalismo é descobrir que quase nunca uma história corresponde àquilo que imaginávamos.” (5º§), ocorre o acento indicativo de crase porque é um pronome demonstrativo que possui como termo antecessor um:

- (A) Verbo de ligação.
- (B) Verbo intransitivo.
- (C) Verbo transitivo direto.
- (D) Verbo transitivo indireto.**

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originalmente:

- I. os mandados de segurança e os habeas data contra apenas ato de Ministro de Estado ou do próprio Tribunal.
- II. os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.**
- III. o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, somente de administração direta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.**

12. À Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabe

- (A) regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira, dentre outras funções.**
- (B) somente contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

- (C) somente as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.
- (D) os mandados de segurança contra ato dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, apenas.

13. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- I. contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.
- II. julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
- III. der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.**

14. O conselho da Justiça Federal funcionará junto ao Superior Tribunal de Justiça, cabendo-lhe a função de

- (A) exercer na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.**
- (B) exercer na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal somente de primeiro grau, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante, e regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
- (C) regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
- (D) exercer na forma da lei, a supervisão administrativa da Justiça Federal somente de segundo grau, como órgão central do sistema e com poderes

correicionais, cujas decisões não terão caráter vinculante, e regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira

15. Acerca das competências do Superior Tribunal de Justiça quanto a processar e julgar, originalmente, analise assertivas abaixo e considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a correta sequência.

- () As revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.
 () A reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.
 () A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

- (A) V / V / F
 (B) V / F / V
 (C) V / V / V
 (D) F / V / V

REGIME INTERNO DO STJ

16. O Conselho de Administração será integrado pelos _____ Ministros mais antigos e presidido pelo Presidente do Tribunal, competindo-lhe decidir sobre matéria administrativa.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) quinze
 (B) onze
 (C) dez
 (D) cinco

17. Há no Tribunal _____ Seções, integradas pelos componentes das Turmas da respectiva área de especialização. As Seções são presididas pelo Ministro mais antigo, por um período de _____ anos, vedada a recondução, até que todos os componentes da Seção hajam exercido a presidência.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as respectivas lacunas acima.

- (A) 2 (duas) / 4 (quatro)
 (B) 3 (três) / 2 (dois)
 (C) 3 (três) / 4 (quatro)
 (D) 2 (duas) / 2 (dois)

18. São atribuições do relator, EXCETO

- (A) delegar atribuições a autoridades judiciárias de instância superior, nos casos previstos em lei ou no Regimento Interno do STJ.
 (B) determinar, em caso de urgência, as medidas ou tutelas do inciso anterior, ad referendum da Corte Especial, da Seção ou da Turma.
 (C) requisitar os autos originais, quando necessário.
 (D) decidir o pedido de carta de sentença e assiná-la.

19. Compete ao relator do recurso especial representativo da controvérsia, no prazo máximo de _____ dias úteis a contar da data de conclusão do processo, reexaminar a admissibilidade do recurso representativo da controvérsia a fim de propor à Corte Especial ou à Seção a afetação do recurso especial representativo da controvérsia para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, nos termos do Código de Processo Civil.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) 15 (quinze)
 (B) 30 (trinta)
 (C) 45 (quarenta e cinco)
 (D) 60 (sessenta)

20. O acórdão proferido no julgamento do recurso especial repetitivo gerará as seguintes consequências nos demais recursos especiais fundados em idêntica questão de direito:

- I. se já distribuídos e não devolvidos à origem por trazerem outras questões além da afetada, serão julgados pelo relator, observada a tese firmada no julgamento de mérito do respectivo tema.

- II. se ainda não distribuídos e não devolvidos à origem, serão julgados pelo Presidente do STJ.
- III. se suspensos nas instâncias de origem, aplicam-se os artigos. 1.040 e 1.041 do Código de Processo Civil.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 (B) I e II, apenas.
 (C) II e III, apenas.
 (D) I e III, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Acerca das competências do foro para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável, analise as assertivas abaixo e considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a correta sequência.

- () É competente o foro de domicílio do guardião de filho incapaz.
 () É competente o foro do último domicílio do casal, caso haja filho incapaz.
 () É competente o foro de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal.

- (A) V / F / V
 (B) V / V / F
 (C) F / V / V
 (D) F / F / V

22. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro. Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente:

- I. o foro de situação dos bens imóveis.
 II. havendo bens imóveis em foros diferentes, qualquer destes.
 III. não havendo bens imóveis, o foro do local de qualquer dos bens do espólio.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
 (B) I e III, apenas.
 (C) II e III, apenas.
 (D) I, II e III.

23. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. Os honorários serão fixados entre o mínimo de _____ e o máximo de _____ por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as respectivas lacunas acima.

- (A) cinco / dez
 (B) dez / quinze
 (C) dez / vinte
 (D) quinze / trinta

24. Acerca das despesas, dos honorários advocatícios e das multas, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelo requerente e rateadas entre os interessados.
 (B) Nos juízos divisórios, havendo litígio, os interessados pagarão as despesas proporcionalmente a seus quinhões.
 (C) Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu.
 (D) Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

25. Confirmada a denegação ou a revogação da gratuidade, o relator ou o órgão colegiado determinará ao recorrente o recolhimento das custas processuais, no prazo de _____, sob pena de não conhecimento do recurso.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- (A) 5 (cinco) dias
(B) 10 (dez) dias
(C) 15 (quinze) dias
(D) 30 (trinta) dias

26. A gratuidade da justiça compreende, dentre outros:

- I. as taxas ou as custas judiciais.
II. os selos postais.
III. as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios.
IV. a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e IV, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I, II e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.

27. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

- I. entre elas não houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
II. entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.
III. não ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
(B) II.
(C) I e III.
(D) II e III.

28. Acerca do litisconsórcio, analise as assertivas abaixo e considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a correta sequência.

- () O litisconsórcio será unitário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz

não tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.

- () Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
() Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos
() A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será nula, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo e eficaz, nos outros casos, apenas para os que não foram citados.

- (A) V / F / F / F
(B) V / F / V / F
(C) F / V / V / F
(D) V / F / F / V

29. Em conformidade com o artigo 176 do Código Processual Civil, o Ministério Público atuará na defesa da ordem _____, do regime democrático e dos interesses e direitos _____ indisponíveis.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as respectivas lacunas acima.

- (A) pública / públicos e coletivos
(B) jurídica / sociais e individuais
(C) jurídica / econômicos e subjetivos
(D) pública / sociais e individuais

30. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:

- I. interesse público ou social.
II. interesse de incapaz.
III. litígios coletivos apenas pela posse de terra urbana.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
(B) I e II, apenas.
 (C) II, e III, apenas.
 (D) I, II e III.
-
31. No que se refere aos pronunciamentos do juiz, assinale a alternativa INCORRETA.
- (A) Consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
 (B) Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.
(C) A assinatura dos juízes, em todos os graus de jurisdição, não pode ser feita eletronicamente.
 (D) Os despachos, as decisões interlocutórias, o dispositivo das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.
-
32. É o julgamento colegiado proferido pelos tribunais. Trata-se do(da)
- (A) Acórdão.**
 (B) Despacho.
 (C) Decisão interlocutória.
 (D) Sentença.
-
33. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das
- (A) 06 (seis) às 18 (dezoito) horas.
 (B) 08 (oito) às 18 (dezoito) horas.
(C) 06 (seis) às 20 (vinte) horas.
 (D) 08 (oito) às 20 (vinte) horas.
-
34. A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as _____ do último dia do prazo.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.
- (A) 12 (doze)
 (B) 15 (quinze)
 (C) 20 (vinte)
(D) 24 (vinte e quatro)
-
35. Os atos processuais realizar-se-ão _____ na sede do juízo, ou,

_____, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo _____.

Assinale a alternativa que preenche respectivamente as lacunas acima.

- (A) ordinariamente / excepcionalmente / juiz**
 (B) excepcionalmente / ordinariamente / juiz
 (C) ordinariamente / excepcionalmente / Ministério Público
 (D) excepcionalmente / ordinariamente / Ministério Público
-

36. O juiz proferirá os despachos no prazo de _____ dias, as decisões interlocutórias no prazo de _____ dias, as sentenças no prazo de _____ dias.

Assinale a alternativa que preenche respectivamente as lacunas acima.

- (A) 5 (cinco), 10 (dez), 20 (vinte)
 (B) 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta)
(C) 5 (cinco), 10 (dez), 30 (trinta)
 (D) 5 (cinco), 15 (quinze), 20 (vinte)
-

37. Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas

- (A) 24 (vinte e quatro) horas.
(B) 48 (quarenta e oito) horas.
 (C) 76 (setenta e seis) horas.
 (D) 96 (noventa e seis) horas.
-

38. Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de _____ dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Assinale a alternativa que preenche a lacuna acima.

- (A) 5 (cinco)**
 (B) 10 (dez)
 (C) 20 (vinte)
 (D) 30 (trinta)

39. Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial. Será expedida carta:

- I. de ordem, pelo tribunal, na hipótese do se o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede.
- II. rogatória, para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.
- III. precatória, para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa.
- IV. arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas
- (C) I e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.**

40. No que se refere à ordem dos processos no tribunal, é correto afirmar que

- (A) O primeiro recurso protocolado no tribunal tornará prevento o relator para eventual recurso subsequente interposto no mesmo processo ou em processo conexo.**
- (B) Distribuídos, os autos serão imediatamente conclusos ao relator, que, em quinze dias, depois de elaborar o voto, restituir-los-á, com relatório, à secretaria.
- (C) Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de trinta dias ao recorrente para que seja

sanado vício ou complementada a documentação exigível.

- (D) Entre a data de publicação da pauta e a da sessão de julgamento decorrerá, pelo menos, o prazo de vinte e quatro horas, incluindo-se em nova pauta os processos que não tenham sido julgados.